



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0026203-33.2012.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Execução Fiscal - IPVA - Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores**
 Requerente: **Fazenda do Estado de São Paulo**
 Requerido: **Vivian Raiza Alves Wolhffen**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Leonardo Christiano Melo**

Vistos.

VIVIAN RAIZA ALVES WOLHFEN opôs exceção de pré-executividade à execução fiscal que lhe move a **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO** para cobrança de débito relativo ao IPVA dos exercícios de 2006 a 2010. Alega, preliminarmente, a nulidade da execução por vício decorrente de citação. No mérito, aduz a superveniência da prescrição parcial dos débitos cobrados (fls. 133/136)

O excepto afastou a ocorrência da nulidade suscitada e reconheceu a prescrição apenas dos débitos relativos aos anos de 2006 e 2007 (fls. 140/144).

É o breve relatório. DECIDO.

Não merece acolhimento a preliminar suscitada. Extrai-se dos autos a existência de citação regular, conforme Aviso de Recebimento de fls. 64, no qual consta que o documento foi assinado por terceiro devidamente identificado. Embora a assinatura seja de um terceiro, o endereço é o constante dos autos e obtido via BACEN, tal como se verifica à fls. 39/41, o que tem sido admitido pelo colendo STJ:

Agravo regimental no recurso especial. Execução fiscal. Prescrição. Interrupção. Citação postal. Entrega no endereço do executado, mesmo que recebida por terceiro. Validade da citação. Equiparação à citação pessoal. Precedentes. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido da validade da citação postal, com aviso de recebimento e entregue no endereço correto do executado, mesmo que recebida por terceiros. Também é pacífico o entendimento de que "a citação postal equivale à citação pessoal para o efeito de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

interromper o curso do prazo prescricional". Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1227958/RS, Rel. Ministro Cesar Asfor Rocha, Segunda Turma, julgado em 24/05/2011, DJe 07/06/2011).

Processo Civil. Tributário. Execução. Citação Postal. Entrega no domicílio do executado. Recebimento por pessoa diversa. Interrupção da prescrição. Validade. 1. Na execução fiscal é válida a citação postal entregue no domicílio correto do devedor, mesmo que recebida por terceiros. Precedente. 2. A citação postal equivale a citação pessoal para o efeito de interromper o curso da prescrição da pretensão tributária. Precedentes. 3. Recurso especial não provido. (REsp 989.777/RJ, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 24/06/2008, DJe 18/08/2008).

Afastada a preliminar, passo a analisar o mérito.

Em se tratando do IPVA, o termo inicial da contagem do prazo prescricional se dá após o decurso do prazo para pagamento do imposto, ou seja, em 1º de abril do ano do lançamento; data a partir da qual, diga-se, o crédito tributário pode ser inscrito em dívida ativa e o pagamento pode ser exigido pelo Fisco.

Com efeito, no julgamento do AgRg no Agravo de Instrumento n. 1.251.793-SP, realizado em 18/03/2010, o E. STJ decidiu que “*sendo o IPVA imposto sujeito a lançamento de ofício, a constituição do crédito se dá no momento da notificação para pagamento e, não, na data da lavratura do auto de infração que aplicou a multa em razão do não pagamento do tributo*”.

Nesse sentido ainda: “**TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO DE OFÍCIO. IPVA. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. NOTIFICAÇÃO PARA PAGAMENTO DO TRIBUTO. 1. É pacífica a jurisprudência desta Corte no sentido de que, "o IPVA é tributo sujeito a lançamento de ofício. E, como tal, o termo a quo para a contagem do prazo prescricional para sua cobrança é a data da notificação para o pagamento. Precedentes."** (REsp 1069657/PR, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 30/03/2009) **2. Agravo regimental a que se nega provimento.** (AgRg no REsp 1140409/PE, Ministro Sérgio Kukina, j. 21/11/2013)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Ademais, para verificação da ocorrência ou não da prescrição, é necessário buscar a harmonização entre o dispositivo que disciplina a prescrição no CTN (art. 174), e os pressupostos do instituto da prescrição, informado pelo princípio da “*actio nata*”.

Na lição de Paulo de Barros Carvalho:

“É fácil divisar, desde logo, que não se pode falar em curso da prescrição enquanto não se verificar a inércia do titular da ação. Todavia, o termo inicial do prazo, no Código Tributário, foi estipulado tendo em conta o momento em que o sujeito passivo é notificado do lançamento. Como aceitar que possa ter começado a fluir o lapso temporal se, naquele exato momento e ao menos no período firmado no ato de lançamento, a Fazenda ainda não dispunha de meio próprio para ter acesso ao Judiciário, visando à defesa de seus direitos violados? O desalinho entre os pressupostos do instituto e o preceito do Código é indissolúvel. Não se preocupou o legislador em saber se havia a possibilidade de exercício da ação judicial ou se o titular do direito se manteve inerte. Foi logo estabelecendo prazo que tem como baliza inicial um instante que não coincide com aquele em que nasce, para o credor, o direito de invocar a prestação jurisdicional do Estado, para fazer valer suas prerrogativas. Surpreende-se, neste ponto, profunda divergência entre a lógica do fenômeno jurídico e a lógica do fraseado legal. Como ficamos? Temos inabalável convicção de que as imposições do sistema não se sobrepõem às vicissitudes do texto. Este nem sempre assume, no conjunto orgânico da ordem jurídica, a significação que suas palavras aparentam expressar. A solução harmonizada está em deslocar o termo inicial do prazo de prescrição para o derradeiro momento do período de exigibilidade administrativa, quando o Poder Público adquire condições de diligenciar acerca do seu direito de ação. Ajusta-se assim a regra jurídica à lógica do sistema (”Curso de Direito Tributário”, 23ª ed: Saraiva. 2011, pág. 549).

A meu ver, essa é a melhor exegese do tema. A exigibilidade do débito é pressuposto específico da execução forçada, daí o entendimento da 1ª Seção do STJ, definido de acordo com o rito de recursos repetitivos (artigo 543-C do CPC/1973), de que o “dies a quo” do prazo prescricional para o Fisco exercer a pretensão de cobrança do débito declarado, mas não pago, é a data do vencimento da obrigação tributária expressamente reconhecida. (Recurso Especial nº 1120295, Rel. Min. Luiz Fux, j. 12/05/10, grifo meu).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

É apenas de se considerar que nem sempre há nos autos dados do exato vencimento dos débitos, que, ademais, podem ser parcelados. É certo que estipulava o artigo 12 da Lei Estadual n. 6.606/89, e também agora o artigo 21 da Lei n. 13.296/08, que o pagamento do imposto deverá ser feito pelo proprietário do veículo à vista, no mês de fevereiro, ou em três parcelas mensais, iguais e consecutivas, vencíveis nos meses de janeiro, fevereiro e março, daí dever-se concluir que é a partir do término do mês de março que começa a fluir o prazo prescricional de cinco anos para o ajuizamento da ação de cobrança.

Nesse sentido também a jurisprudência do STJ:

1. *A presunção de certeza e exigibilidade da CDA é relativa, e pode ser afastada pelo reconhecimento da prescrição, que é causa de extinção da pretensão pela inércia de seu titular, de modo que, uma vez transcorrido o prazo legal para a busca da realização do direito, este (ainda que esteja estampado em certidão da dívida ativa) passa a carecer de certeza e de exigibilidade, que são condições da ação executiva.*

2. *Na esteira da jurisprudência dessa Corte, o IPVA é tributo sujeito a lançamento de ofício. E, como tal, o termo a quo para a contagem do prazo prescricional para sua cobrança é a data da notificação para o pagamento. Precedentes.*

3. *Na hipótese, o Tribunal a quo assentou que os créditos tributários cuja prescrição se reconheceu foram definitivamente constituídos respectivamente em junho de 1.996 e 1.997, porquanto a lei local prevê épocas diferenciadas para o pagamento do IPVA, conforme final da placa do veículo. Ainda segundo o acórdão recorrido, o veículo (Monza 87) tem placa com final 4 (ACB-5194), de sorte que o vencimento do IPVA dá-se até o final do mês de junho de cada ano, data a partir da qual começa a fluir o prazo prescricional de 5 (cinco) anos para a propositura da ação de cobrança.*

4. *Dessa forma, se a execução fiscal foi proposta em maio de 2003, resoa inequívoca a ocorrência da prescrição em relação aos créditos tributários constituídos julho de 1.996 e 1.997, porquanto decorrido, entre um e outro evento, o prazo prescricional quinquenal.*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

5. *Recurso especial não provido (REsp 1069657/PR. Ministro Benedito Gonçalves, j. 19/03/09, grifei).*

A jurisprudência local não discrepa:

“Em se tratando de IPVA, não existe o instituto da decadência já que o próprio Estado é quem lança o valor do tributo e o faz baseado nos valores médios de cada modelo de veículo, segundo suas próprias cotações. Assim, o valor devido está constituído desde o primeiro momento. Aliás, é nesse sentido o posicionamento do Colendo Superior Tribunal de Justiça (AgRg no Ag 1.251.793/SP, 1ª Turma, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, julgado em 18/03/2010), que, entendendo que o IPVA é imposto sujeito a lançamento de ofício, a constituição do crédito se dá no momento da notificação para pagamento, e não na data da lavratura do auto de infração que aplicou multa em razão do não pagamento do tributo. O IPVA, no entanto, poderá ser pago à vista, com desconto, em janeiro; à vista, sem desconto, no mês de fevereiro ou em três parcelas mensais, iguais e consecutivas, vencíveis nos meses de janeiro, fevereiro e março, desde que a primeira parcela seja recolhida integralmente no respectivo vencimento, no mês de janeiro. Desse modo, o término do prazo de pagamento é 31 de março do ano corrente. Assim, o crédito constituído pode ser inscrito na dívida pública a partir de 1º de abril. Entende-se que o termo 'a quo' da prescrição, dos tributos sujeitos a lançamento de ofício, inicia-se a partir do primeiro dia após o prazo legal para pagamento. A partir de então passa a transcorrer o prazo para o exercício do direito à cobrança do crédito que, nos termos do art. 174 do CTN, extingue-se em cinco anos (grifei) - (Apelação nº 0194440-12.2008.8.26.0100, Relator Marrey Unt, j. 15/10/2013).

“EXECUÇÃO FISCAL IPVA PRESCRIÇÃO. Termo inicial da contagem do prazo prescricional dos tributos sujeitos a lançamento de ofício que se dá após o decurso do prazo de pagamento (31 de março do ano corrente). Prescrição operada referente aos exercícios de 2003, 2004, 2005 e 2006, cuja execução fiscal foi proposta somente em 24/11/2011. Crédito que já estava prescrito antes do ajuizamento da execução. Recurso não provido. (Apelação Cível nº 0045344-84.2011.8.26.0562, Relator Desembargador Camargo Pereira, j. 19/08/14)

No caso dos autos, tratando-se de IPVA dos exercícios de 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010 (fls. 02/23), iniciou-se a contagem do prazo prescricional nos dias 1º de abril dos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

respectivos anos.

Assim, considerando que a execução fiscal foi ajuizada somente em 10 de janeiro de 2013 (fls. 02), ocorreu a prescrição do crédito tributário relativo aos exercícios de 2006 e 2007.

Ante o exposto, **ACOLHO EM PARTE** a exceção oposta, dando parcialmente por extinta a execução fiscal (art. 485, inciso VI, NCPC), devendo esta prosseguir em relação aos exercícios não abrangidos pela prescrição (2008, 2009 e 2010).

Vencida, suportará a excepta as despesas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez) sobre o proveito econômico obtido pela excipiente¹.

P.R.I.C.

São Carlos, 21 de junho de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

¹ Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. § 3º Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2º e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; § 4º Em qualquer das hipóteses do § 3º: III - não havendo condenação principal ou não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, a condenação em honorários dar-se-á sobre o valor atualizado da causa.